



Evento	Salão UFRGS 2015: XI SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	Construção do glossário eletrônico jurídico-policia
Autores	LIVIA RILLO BAPTISTA CLECI REGINA BEVILACQUA Maria Izabel Plath da Costa

O objetivo deste trabalho é relatar as etapas e atividades concernentes à elaboração de um glossário eletrônico de termos jurídico-policiais, principalmente as tarefas realizadas pela bolsista do referido projeto. O glossário é resultante dos trabalhos de Costa (2009 e 2014), e o projeto que propõe sua elaboração foi aprovado no edital 21 da SEAD-UFRGS. Esse glossário será disponibilizado aos consulentes nos sistemas de informações policiais. Compreende-se que nas delegacias trabalham juntos especialistas e semi-especialistas, de modo que os termos utilizados na elaboração dos boletins de ocorrência são muito variados e não possuem um padrão de uso, o que prejudica a investigação e o julgamento de crimes pelo Poder Judiciário. Por justamente oferecer informações aos funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (PC/RS), para melhor preencherem os boletins de ocorrência, o presente glossário servirá como um instrumento de aprendizagem para policiais, policiais em formação, advogados, juízes, entre outros. O projeto sustenta-se nos princípios da Socioterminologia, da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Linguística de Corpus. A primeira etapa do trabalho foi a identificação dos termos nos boletins de ocorrência e a sua validação através de mapas conceituais, entendidos como mapas-domínio jurídico-policiais. A segunda etapa foi a atribuição de definição, co-textos e possíveis variantes para cada termo. A terceira etapa é a inserção desses termos na base (glossário eletrônico), juntamente com suas definições, co-texto e variantes. A quarta etapa, que ocorre juntamente à terceira, é a inserção dos mapas conceituais na base à medida que eles são elaborados. Nesta apresentação trataremos mais especificamente da terceira e quarta etapas. Até o momento, foram inseridos duzentos termos dos quase oitocentos recolhidos, a grande maioria com suas respectivas definições, co-texto e variantes. Com os resultados do projeto, espera-se poder oferecer um produto terminográfico que seja útil não apenas à PC/RS, mas também aos demais órgãos da Secretaria da Segurança Pública, ao Poder Judiciário e à sociedade civil, dada a importância da clareza da linguagem jurídico-penal para a aplicabilidade da lei e a consequente prevenção de crimes, principalmente aqueles mais reincidentes.